

ATA DA REUNIÃO PRESENCIAL DO CONSELHO PERMANENTE DO CCP realizada em Lisboa, no Centro de Acolhimento ao Cidadão na Assembleia da República, nos dias 08, 09 e 10 de novembro de 2023, com a presença de nove membros integrantes deste Conselho Permanente, para tratar de diversos assuntos, nomeadamente o Orçamento do CCP para 2024; alguns problemas no processo que está a decorrer para as próximas eleições do CCP a 26 de novembro de 2023; Apoios Sociais e ao Associativismo; Plano Estratégico de Políticas para as Comunidades; Rede Consular; e Ensino do Português no Estrangeiro. No primeiro dia, quarta-feira 08 de novembro, pelas 10 horas deram-se início aos trabalhos da reunião deste Conselho Permanente (CP/CCP). Os Conselheiros Pedro Rupio e Paulo Marques, incorporar-se-iam mais tarde e o Conselheiro Nelson Ponta da Graça não justificou a sua ausência. Procedeu-se então à primeira reunião-audiência com o Presidente da Assembleia da República, Dr. Augusto Santos Silva, quem gentilmente recebeu este Conselho para trocar impressões sobre algumas realidades das nossas Comunidades e sobre o processo a decorrer neste momento para as futuras eleições do CCP. Uma vez finalizada esta audiência seguiu-se para a reunião com o SECP, Dr. Paulo Cafôfo. Nesta reunião esteve presente também a Dra. Cristina Coelho do Encontro PNAID. O Cons. Flávio Martins dá as boas vindas ao SECP e agradece também a presença do seu adjunto, Dr. Duarte Caldeira e da Dra. Cristina. O SECP saúda a todos os presentes e agradece a oportunidade de poder rever novamente os Conselheiros e mais neste período de transição. Esclarece que está limitado nas suas informações devido ao contexto político que o país está a atravessar o que acaba por condicionar os temas a tratar. Conhecer e trabalhar com o CCP foi uma experiência muito enriquecedora. Considera muito importante o Investimento da Diáspora, pelo que passa a palavra à Dra. Cristina Coelho. Esta começa por dizer que Portugal é o que é hoje em grande parte devido ao Investimento da Diáspora. Participa que o Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora é uma estrutura que existe há alguns anos mas começa a valorizar-se muito mais a partir de 2020. A valorização das Comunidades Portuguesas e a Internalização são dois dos grandes objetivos da Política Externa Portuguesa, por isso este Gabinete tem por objetivo valorizar, apoiar e promover este importante ativo estratégico. Contam também com os GAE (Gabinete de Apoio ao Emigrante) que são competência dos Municípios, para um acercamento e esclarecimento informativo sobre os programas de investimento e seus benefícios dentro do programa “Regressar a Portugal”. Este Gabinete desenvolve a sua atividade junto da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas e da Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas. O GAID apoia,

presta informação e facilita os contatos e “networking” das empresas com instituições e entidades de associativismo empresarial. Uma das suas funções é a organização dos Encontros do Investidor da Diáspora. O PNAID (Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora), tutelado pelo MNE e pelo Ministério de Coesão Territorial, visa reforçar o apoio ao regresso de portugueses e lusodescendentes, apoiar o investimento da Diáspora em Portugal, fazer das Comunidades Portuguesas um fator de promotor da internalização de Portugal e de diversificação de mercados da economia portuguesa. Dentro do programa “Regressar a Portugal” já foram aprovadas 1.100 candidaturas. Pensam poder lançar em Dezembro a marca e o mapeamento da Diáspora. Uma vez finalizada a exposição, os Conselheiros presentes, no uso da palavra, fizeram algumas perguntas. O Cons. António Cunha pergunta se este programa de benefícios também abrange a Madeira. A Cons. Rita Santos questionou se o PNAID pederia fazer algo para que os produtos portugueses pudessem ser exportados para a China e quais os incentivos porque na atualidade somente entram carne de porco, marisco e produtos derivados do leite no mercado chinês. O Cons. Paulo Martins demandou se o PNAID é um programa para as Comunidades, porque é que os Encontros se realizam somente em Portugal e não nas Comunidades. Estes encontros podiam fazer parte de eventos nas comunidades para preencherem um espaço que não é explorado pelo AICEP, na ligação entre os pequenos produtores e os distribuidores. Nos Estados Unidos há milhões de americanos a viajarem a Portugal e a regressarem com conhecimento dos produtos portugueses que querem consumir e importar, mas que ainda investem pouco por considerarem as cargas fiscais muito elevadas. O Cons. Manuel Coelho interrogou se o período das candidaturas expira ou se está sempre em aberto e se o programa se aplica a um território ou se há um limite do mesmo. O conselheiro Paulo Marques questionou sobre o programa PAIND para saber se este programa faz parte do programa europeu e fundos europeus dedicados ao investimento em territórios em dificuldades. Foi respondido pela positiva, é um programa europeu. Uma vez finalizadas as perguntas a Dra. Cristina Coelho passou a esclarecer as dúvidas. Dentro do PNAID, como já foi dito, está incluído o programa “Regressar a Portugal”. As políticas são aplicadas a todo Portugal incluindo as ilhas, exceto o MAREPE que não abrange os territórios autónomos, mas estes podem solicitar quando assim o entenderem. A exportação para a China não é competência do GAID mas sim do AICEP. Referente aos encontros PNAID nas Comunidades espera se possam realizar num futuro próximo. No relacionado ao período das candidaturas este tem uma validade de um ano mas é renovável automaticamente. Todas têm limite de prazo.

Respeito ao território, este programa contempla territórios de baixa densidade. O decreto-lei é que identifica os territórios de baixa densidade. O programa “Regressar” é tanto para os que saíram de Portugal como para as famílias, incluindo os já nascidos no país de acolhimento. O SECP, Dr. Paulo Cafôfo, no uso da palavra, passou a informar sobre o Orçamento do CCP para 2024 e disse que já tinha sido aprovado tanto na generalidade, como na especialidade. Considera que este é o melhor desde há muitos anos para as Comunidades Portuguesas e há três objetivos fundamentais contemplados dentro este orçamento: a.- capacitar e empoderar os idosos carenciados. Já está em ação , em fase experimental, o programa de repatriamento custo zero articulado com a TAP, MNE, SECP, Segurança Social e Ministério da saúde; b.- Apoios ao Associativismo- existe um incremento de 10,6 % em relação ao passado. Houve entre 2017 e 2023 um total de 26 países que usufruíram do apoio ao Associativismo, mas somente este ano houve apoio em 19 países com 136 projetos aprovados. Pretende realizar a Convenção Mundial das Associações da Diáspora Portuguesa. Refere que neste momento há somente 115 Associações Credenciadas, um número baixo, pelo que desejam incentivar e expandir o movimento associativo e criar a Rede das Associações da Diáspora. Realizar o Congresso Mundial de Gerações da Diáspora com o nome “Portugal Vive a Diáspora”. Estes dois eventos já estão contemplados no Orçamento de 2024. Informa sobre a expansão da Rede do Ensino da Língua Portuguesa em 27 países. C.- Modernização dos Serviços Consulares. Realizaram 1.680.000 atos consulares. Verificou-se uma descida na emissão dos Cartões de Cidadão devido ao aumento da validade deste documento para 10 anos e também à utilização dos meios digitais para alguns emolumentos consulares. Chegou-se a um acordo com o Sindicato dos Trabalhadores da Rede Consular no qual haverá um aumento remunerativo de 70% no primeiro nível e 20% no nível medio. Este aumento é retroativo e aplicar-se-á desde janeiro de 2023. O acordo tem vigência até 2026. Informa que o Consulado Virtual ainda está em fase “baby” e que os atos consulares pagos ainda não estão inseridos por enquanto. Informou também da criação do novo Centro de Gestão de Crise para casos de Desastres Naturais, Guerra, etc. O Cons. Flávio Martins demandou sobre os seguintes tópicos: a.- O Orçamento para o CCP foi aprovado 420.000 e não 480.000 como tinha proposto este órgão? B.- Quanto ao Ensino de Português no Estrangeiro, que sucedeu com a revogação das propinas como pediu o CCP? c.- Em que ponto se encontra o apoio à Comunicação Social da Diáspora? c.- O acordo salarial para os funcionários abrange todos os países? d.- Em que ponto se encontra o Estudo do Plano Estratégico de Políticas para as Comunidades? O SECP notificou que o que foi aprovado no Orçamento

para o CCP para 2024 foi de 420.000 euros. Quanto ao Ensino do Português no Estrangeiro esclareceu que as propinas são para pagar manuais escolares, professores, certificações, etc. e para este ano já foram isentos do pagamento das propinas dois países: África do Sul e Venezuela. No que refere ao apoio à Comunicação Social e ao Associativismo considera que há um incremento significativo no que refere ao Associativismo mas que o Ministério da Cultura tem a tutela da Comunicação Social e disse que tinha uma palavra a dizer pelo que ainda está em processo. Em relação ao acordo salarial dos funcionários consulares participou que o Brasil estabelece que o pagamento deve ser em reais e não em moeda estrangeira pelo que ainda estão a trabalhar para que a sua remuneração seja mais adaptada à realidade do país. Quanto ao estudo do Plano Estratégico de Políticas para as Comunidades o Observatório da Emigração, o ISTE e a Universidade Nova de Lisboa, em trabalho conjunto já têm 31 medidas que se enfocam em três eixos: a.- Direito e Bem Estar das Comunidades, Direitos dos Portugueses no Estrangeiro, apoiar o bem-estar nas Comunidades; b.- Promover laços entre Portugal e os Países de acolhimento; c.- Comunidades como agentes de língua, (ainda não concluído). O Cons. Amadeu Batel considera que apesar de tudo há questões que ficam em aberto e que isso é preocupante. O Cons. Flávio Martins agradece uma vez mais a disponibilidade do SECP para esta reunião e prosseguiu-se para a seguinte reunião com a Segunda Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas. O Deputado Pacheco De Amorim, Presidente desta Comissão dá as boas-vindas e passa a palavra ao Cons. Flávio Martins. O Cons. cumprimenta a todos e agradece a disponibilidade para a realização deste encontro. Começa por enfatizar que o CCP está finalmente em processo eleitoral e fez as seguintes considerações; a.- se bem que a proposta do orçamento deste órgão foi de 480.000 para 2024 a informação que há é que foi aprovado somente 420.000. No entanto, há questões positivas neste orçamento tais como o incremento significativo desde 2016 o que permite um apoio maior tanto ao Associativismo como ao EPE. Demanda aos presentes em que ponto se encontra o apoio à Comunicação Social que nada tem a ver com a proposta do PS da Publicidade Estatal. b.- Verificar problemas com o recenseamento eleitoral nas nossas Comunidades neste processo eleitoral a decorrer do CCP, pelo que considera que os partidos políticos devem preocuparem-se com esta situação para os próximos processos eleitorais. c.- Informa sobre a decisão de alguns Conselheiros presentes não voltarem a candidatar-se e passou-lhes a palavra. O Cons. Ângelo Horta agradece a disponibilidade desta Comissão para receber o CCP ao longo destes anos e considera que é tempo de dar a oportunidade a outros,

mas continuará sempre a lutar para o bem-estar das nossas Comunidades. A Cons. Maria de Lourdes Almeida informa que se despede desta etapa de Conselheira com uma mágoa por ver que a nova lei do CCP não vai na sua grande maioria ao encontro das propostas feitas por este órgão e, portanto, continuará a lutar e a dar o seu aporte sempre que preciso com o objetivo de conseguir melhoras para as nossas Comunidades nos diferentes países de acolhimento. O Cons. Amadeu Batel agradece o recebimento e manifesta que em conclusão o futuro do CCP passa por ainda estar numa fase embrionária do processo de ligação entre este Órgão e o Governo. São necessárias medidas estruturantes para que esta aproximação seja real por isso o pedido do CCP da mudança de tutela. O Deputado Paulo Pisco do PS agradeceu a todos em nome do Grupo Parlamentar do PS e deixou uma palavra de reconhecimento e agradecimento aos que não voltam a candidatar-se. Comenta que existe uma necessidade permanente da proximidade do Governo com as Comunidades e passa a enumerar uma serie de aspetos positivos desde o seu ponto de vista: a.- um crescendo nas candidaturas o que demonstra um crescente interesse da luta pelas Comunidades. b.- o Orçamento do CCP para 2024 tem o maior acréscimo de sempre. c.- O CCP passa a ser consultado obrigatoriamente. d.- A melhoria dos Serviços Consulares tem sido notável. O Deputado Tiago Ferreira de Sá do PSD cumprimentou a todos e agradeceu muito em especial aos que já não vão continuar em funções. Opina que esta nova Lei foi uma oportunidade perdida e que se deve valorizar o CCP para este ter maior poder. Considera que o voto é muito importante para a aproximação das Comunidades ao País. O Presidente da Comissão, Deputado Pacheco Amorim considera que esta Lei não tira nada mas que também nada acrescenta. Devem existir um ou vários vínculos para que exista uma Comunidade de pertença. Manifesta que há milhares de grandes e pequenos problemas, mas que estes só se ultrapassam quando conscientizarem que não são cinco milhões no mundo, mas sim quinze milhões de portugueses num tudo. O Deputado Rodrigo Saraiva da IL opina que a Lei do CCP foi uma oportunidade perdida. Esclarece que esta reunião ocorre no âmbito do Orçamento do Estado e que o MNE é o segundo Ministério com menos orçamento. É o parente pobre orçamental. Participa que existe uma falta de estratégia para o EPE e por último enfatiza que o CCP não merece somente ser ouvido, mas merece ser escutado. O Deputado Bruno Dias do PCP saúda a todos na pessoa do Cons. Amadeu Batel, cumprimenta e agradece aos Conselheiros, em especial àqueles que não se vão candidatar. Expressa que esta lei não fica por aqui e que vai ter de continuar a ser discutida no futuro para corrigirem os erros colocados. Diz que o Ensino do Português é a identidade nacional e que têm

propostas apresentadas quanto ao apoio ao Associativismo e ao Orçamento do Estado. O Cons. Flávio Martins a importância dos Conselheiros que optaram por não continuar e opina que o caminho sem eles seria ainda mais difícil. Informa que ao longo destes anos, apesar de todos terem as suas cores partidárias, nunca isto teve influência, o CCP é da sociedade civil. Apesar de estar consciente que o CCP tem o maior Orçamento desde 2001, não quer dizer que seja suficiente, especialmente agora que há mais Conselheiros. Notifica que se continuar como Conselheiro vai cobrar o que está na nova Lei e por isso não permitirá que o Orçamento volte a baixar. Notifica que este CCP deixa um legado para que quem venha não fique mais no zero como o que acontecer quando começou o funcionamento do atual CCP. Uma vez finalizada esta reunião continuou-se para a reunião com o Grupo Parlamentar do PSD. O Deputado Tiago De Sá fez eco das palavras que emitiu na Segunda Comissão. O Cons. Flávio Martins cumprimenta e esclarece que quando se planearam estas reuniões nunca se pensou que iriam acontecer neste contexto político. Decidiu-se manter por questões que não podiam ser adiadas como a questão do Orçamento do Estado do CCP para 2024. Tal como já explicou na Segunda Comissão o CCP reconhece o incremento mas não é suficiente e isto pode pôr em risco a realização de alguns projetos. Observa que a paridade 50/50 imposta na nova Lei foi uma barreira para a formação das listas e no entanto isso não assegurará 50/50 no futuro CCP. Informa ao igual que na reunião anterior do legado que este Órgão vai deixar no seu site com um conjunto de informações que são uma mais valia para o futuro CCP. Alerta sobre os problemas surgidos no recenseamento eleitoral pelo que muitos não poderão participar e que de não serem resolvidos com antecedência também serão um impedimento em futuros atos eleitorais. O Cons. António Cunha manifesta que há muita falta de informação. O Dr. José Cesário, presente na reunião, no uso da palavra, observa que foi muito útil a oportunidade que houve de debater questões muito importantes para as Comunidades já que estas devem ser objeto de toda a atenção independentemente dos governos de turno. Adverte que na rede tradicional do EPE vê-se uma diminuição de alunos apesar que nos últimos anos aumentou o número de emigrantes. Diz que há políticas interessantes que o Governo tem desenvolvido e por isso devem manter-se, mas que há outras que não funcionam. Observa também com preocupação a falta de divulgação nestas eleições. O Cons. Amadeu Batel reflete que o relacionamento entre o CCP e o Governo carece de um laço de pertença e objeta o fato que o SECP informou de um conjunto de medidas nas quais a relação de diálogo como deve ser esteve ausente pelo que considera que não há políticas para um projeto ligado a Portugal. A Cons. Rita Santos adverte que a pergunta feita

no Consulado de Macau sobre o recenseamento quando uma pessoa vai tirar o Cartão de Cidadão não é a adequada. A pergunta “quer votar ou não” confunde os cidadãos. O Cons. Paulo Martins acredita que se as pessoas sentirem que são objeto de atenção pelo Governo, serão mais participativas. O Dr. José Cesário esclarece que quem tem B.I. tem que recensear-se, mas quem tem C.C. é automaticamente recenseado. O Cons. Flávio Martins agradece uma vez mais e o Deputado Tiago de Sá agradece ao CPCCP ter reajustado o horário da reunião. Continuou-se assim para a reunião com o Observatório da Emigração. O Cons. Flávio Martins agradece a presença das Dras. Cláudia Pereira e Carlota Veiga. Refere que o Cons. Rui Barata apresentou ao CPCCP a proposta de um protocolo entre o CCP e o Observatório Da Emigração e entende que é uma mais valia, mas como este órgão está em período de transição, este Protocolo deve ser reafirmado pelo futuro CCP. A Dra. Cláudia Pereira, coordenadora executiva agradece esta interação entre as Comunidades e o Observatório. Começa por indicar que são uma estrutura técnica e de investigação independente integrada no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE e Instituto Universitário de Lisboa. Funciona com uma parceria entre o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações da Universidade de Lisboa e o Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Foi criado em 2008 com base num protocolo assinado entre o ISCTE, IUL e DGACCP sendo apoiado pelo MNE. Por último exprime o seu contentamento pela assinatura deste protocolo. A Dra. Carlota Veiga, investigadora, diz que este acordo é excelente para desenvolver várias áreas da investigação e está disponível para responder questões ao respeito. O Cons. Flávio Martins informa sobre a estrutura do CCP o qual está constituído por cinco Conselhos Regionais, Três Comissões Temáticas e o Conselho Permanente. Observa também que é importante perceber que as Comunidades de hoje não são as de antigamente pois muitos já não são emigrantes sendo que já nasceram no país de acolhimento. Ademais o perfil das Comunidades varia de país para país e muitas vezes de cidade para cidade. Aberta a sessão de perguntas o Cons. Manuel Coelho perguntou quais os benefícios e vantagens para o CCP com a assinatura deste protocolo e qual o impacto financeiro. A Cons. Rita Santos opina que há estudos da emigração em muitos países e considera que é a altura para fazer um estudo da emigração portuguesa em Macau. O Cons. Paulo Martins participa que em Massachussetts existem dois arquivos sobre a emigração: o arquivo Sousa Mendes e o arquivo de Estudos Portugueses e disponibilizou-

se a partilhar o contacto com o Observatório da Emigração. A Dra. Carlota Veiga responde que o impacto financeiro não existe. As vantagens são as mesmas, ter ideias, perceber a realidade e produzir documentos para dar resposta. Exprime que houve um estudo há três anos em que se fez uma análise histórica da emigração em Macau. Esclarece que o Observatório da Emigração não é o das Comunidades Portuguesas. Os estudos contemplam os portugueses que nasceram em Portugal e emigraram, não assim os Lusodescendentes. O Cons. Flávio Martins sugere que deve haver um parágrafo neste protocolo donde se especifique que não haverá impacto financeiro para nenhum dos envolvidos. O Cons. Amadeu Batel entende que o Observatório da Emigração tem um conceito de emigrante diferente ao do CCP. O CCP abrange políticas para as Comunidades e políticas Diaspórias donde entra também a luso descendência. Considera que há uma vasta área por preencher e que é nesta perspectiva que o Observatório pode dar resposta. A Dra. Carlota Veiga indica que foi a primeira vez que o Observatório foi contactado para o Estudo do Plano Estratégico e que cabe ao Governo contactar o CCP e não ao Observatório. O Cons. Flávio Martins expressa que o Governo aporta Estudos, mas o CCP aporta o conhecimento real das Comunidades e finaliza agradecendo uma vez mais a disponibilidade. A seguir teve lugar a reunião com o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal com o Deputado Rodrigo Saraiva. O Cons. Flávio Martins agradece a oportunidade de receber o CPCCP e parabeniza o Deputado Rodrigo Saraiva pelas suas palavras no Parlamento no Plenário do dia 07 de julho em defesa das Comunidades e deste Conselho. Continuou com as questões já apresentadas na reunião com o GP do PSD tais como o Orçamento do CCP para 2024 o qual ficou aquém da proposta deste Órgão, o problema do recenseamento não estar atualizado e alerta que a nova lei estabelece que todas as matérias apresentadas pelo Governo relacionadas com as Comunidades deve consultar ao CCP, portanto de continuar como Conselheiro fará questão de que isto se cumpra. Enfatiza que o Gabinete de Apoio foi esquecido e que este Órgão continua a carecer de autonomia. O Deputado Rodrigo Saraiva agradece o trabalho do CCP e exprime que este Órgão tem ensinado muito no relacionado às Comunidades. Notifica que devido ao novo contexto político a lei aprovada por uma maioria absoluta pode ser revista. Observa que no que refere ao processo que está a decorrer pode haver um Conselho coxo devido a alguns fatores e que há que prever a futuro como se podem resolver estas situações. Respeito ao Orçamento para o CCP diz que é um mau orçamento e que este não é credível. Verificou que há muitas áreas nas quais não há propostas e a falta de recursos é uma das formas de condicionar entidades reguladoras, mas isto não sucede somente

com o CCP. O Cons. António Cunha alerta que os problemas que tem o CCP para as eleições também os vão ter os partidos políticos em próximas eleições se não forem resolvidos. O Cons. Amadeu Batel manifestou que foi dado a conhecer que haveria um grupo de trabalho para analisar a questão eleitoral, no entanto existem informações contraditórias no processo que está a decorrer. O Deputado Rodrigo Saraiva indica que foi criado um Grupo de Trabalho para realizar a codificação eleitoral, mas a Assembleia caiu e nesta legislatura ainda não foi ativado. O único foram as diferentes modalidades de voto. O Cons. Flávio Martins reconhece que a Iniciativa Liberal esteve sempre disponível para escutar as preocupações do CCP pelo que agradece. O Deputado Rodrigo Saraiva deixa uma palavra de agradecimento a todos os Conselheiros pelo trabalho realizado e diz que Portugal estará sempre presente onde estejam os Conselheiros. Finalizou assim o primeiro dia de trabalhos. No segundo dia de trabalhos, durante a manhã, continuou-se com as reuniões com os Grupos Parlamentares. Nesta oportunidade foram os Grupos Parlamentares do PS, PCP e CHEGA. Foram debatidas as mesmas questões nos três Grupos, sendo estas as seguintes: a.- Orçamento do CCP para 2024 que ficou aquém da proposta feita; b.- Proposta da publicidade estatal para a Comunicação Social (em que ponto se encontra?); c.- alguma área sem representação nas futuras eleições do CCP?. O Deputado Paulo Pisco expressa que o Orçamento, independentemente das eleições legislativas antecipadas, não vai sofrer alteração. No que refere à publicidade estatal esperavam a designação do Presidente da ERC, uma vez que já sucedeu, isto pode entrar em funções em qualquer momento. Com respeito às futuras eleições do CCP não tem informação sobre as áreas sem candidatos. O Cons. Flávio Martins informa aos Grupos Parlamentares quais os Conselheiros Presentes que não se voltam a candidatar e estes fazem uso da palavra para se despedirem. O Cons. Amadeu Batel gostaria que no futuro houvesse realmente uma revisão da lei para que haja um verdadeiro encontro de Portugal com a Diáspora e enfatiza que Portugal deve escutar e não somente ouvir. O Cons. Ângelo Horta faz eco das mesmas palavras e participa que continuará a trabalhar pelas Comunidades mesmo não sendo Conselheiro. A Cons. Maria de Lourdes Almeida solidariza-se com a opinião dos seus colegas e manifesta deixar o Conselho com a mágoa de uma oportunidade perdida, no entanto promete também continuar na luta. A Cons. Lígia Fernandes considera que em 18 anos que tem como Conselheira, estes últimos oito anos foram os mais frutíferos. Todos os Conselheiros manifestaram que a liderança do Cons. Flávio Martins à frente do CPOCP foi crucial para o sucesso deste período. Também foi debatido em todos os Grupos Parlamentares o recenseamento eleitoral. O Cons. Paulo Martins

manifestou que este não está a funcionar como deveria e isto foi constatado neste processo de eleições do CCP, por isso alerta aos diferentes partidos políticos para as futuras eleições e a Cons. Rita Santos uma vez mais enfatiza que aquando da renovação do cartão de cidadão, o pessoal do Consulado Geral de Portugal em vez de perguntar ao cidadão português se pretende estar recenseado nos cadernos eleitorais, faz a pergunta “se quer votar ou não?”, ou simplesmente nem fazem a pergunta, registando que o cidadão não pretende estar recenseado. Alguns portugueses não receberam os boletins de voto na maioria das vezes, motivo pelo qual foram retirados dos cadernos eleitorais. O Cons. Flávio Martins expressou em todas as reuniões que a convivência durante este período foi boa e produtiva e reconhece a preocupação com as Comunidades apesar das divergências. Pensa que é produtivo fazerem o perfil das Comunidades e pede que analisem novamente a questão do voto eletrónico. Indica que há muito a ser feito no que respeita aos Apoios ao Associativismo pois reflexiona que as Associações estabelecidas em Portugal devem buscar outras estruturas de apoio. O Deputado Paulo Pisco reconhece o trabalho do CCP nestes últimos anos tem dado mais visibilidade a este Órgão. Tem havido progressos, mas está consciente que há muito a fazer e que é preciso ir evoluindo. Não se pode ficar somente com a luta em prol do EPE e do Associativismo, deve-se ir mais além e por isso recomenda o mapeamento das Comunidades para que se possam desenhar políticas mais assertivas. A continuação foi a reunião com o Grupo Parlamentar do PCP com os Deputados Bruno Dias e Rui Braga. O Cons. Flávio Martins agradece a oportunidade deste encontro e trás ao debate os mesmos temas e preocupações referidas nas reuniões anteriores e assim também o fizeram o Cons. Paulo Martins e Rita Santos. O Deputado Bruno Dias expressa que embora o Orçamento para o CCP seja o maior, uma vez que se analisam as necessidades este fica muito aquém. Informa que o PCP propôs um reforço de 250.000 euros e reflete que foi dito que eram 420.000 para o CCP, mas não encontrou ainda nenhum lugar onde isto esteja escrito. No que refere ao Apoio ao Associativismo considera que há um problema de transparência e propõem 100% para o estrangeiro e 80% para Associações em território nacional. Opina que a revogação das propinas deve ser para todos e não somente para a Venezuela e África do Sul. Deseja ouvir a perspetiva do CCP como está a decorrer o processo do aumento do número de Conselheiros. O Cons. Amadeu Batel participa que devem revisar a lei para que esta possa cumprir os objetivos das Comunidades. Para que o CCP seja um Órgão autónomo deve haver um reforço das verbas e tem que se sensibilizar os novos Conselheiros para terem uma visão global. Indica que a dinâmica nos últimos anos do CCP foi positiva e enfatiza que é importante

que o CCP seja um Órgão com capacidade e voz. A Cons. Maria de Lourdes De Almeida esclarece que deve haver confusão quanto à revogação das propinas do EPE na Venezuela porque este país não tem rede de ensino oficial senão rede de ensino apoiada. O Deputado Bruno Dias tomou nota desta anotação e escutou com atenção os problemas referentes ao recenseamento e à dificuldade na formação das listas devido à lei da paridade 50/50 e a qual não assegura que a formação do futuro CCP seja 50/50. Comenta que continuará a luta e não prescindirá das propostas para o incremento do Orçamento, os apoios ao Associativismo e à Comunicação Social e a Rede do Ensino Oficial (EPE). O Deputado Rui Braga participa que mesmo que as propostas não foram acolhidas, não por isso vão deixar de debater para um melhor funcionamento do CCP e daí o pedido do reforço de 250.000 euros. Continuou-se então para a reunião com o Grupo Parlamentar do CHEGA com o Deputado Pacheco Amorim e o Dr. Ricardo Rigalla Dias Pinto, Diretor de Relações Públicas e Protocolo para informar e debater os temas referidos nas reuniões anteriores. O Deputado Pacheco De Amorim informa que aparentemente continua o mesmo orçamento e reitera o que já expressou na reunião da Segunda Comissão. Concorda com o Cons. Flávio Martins em que não se deve falar de emigração e prefere falar de Comunidades ou Diáspora. Considera que os problemas nas Comunidades somente serão resolvidos quando o Governo tenha outra perceção da realidade da Diáspora. Compreende perfeitamente a situação difícil com o sistema de voto e esclarece que quando se comprovar que o equilíbrio no risco entre o voto presencial e o voto à distância é igual, o seu partido não terá inconveniente nenhum em aprovar essa modalidade. Para finalizar, O Cons. Flávio Martins enfatiza que apesar da nova lei não ser nem de perto nem de longe o que se propôs, o artigo 2do em que diz que o CCP deve ser ouvido é muito importante e por isso o futuro CCP deve estar atento e lamenta que as Comunidades pensam em Portugal mas muitas vezes Portugal não pensa nas Comunidades. Finalizou assim a reunião com o GP do CHEGA e prosseguiu-se para a reunião agendada com o Embaixador Luís Ferraz, Diretor da DGACCP. O Cons. Flávio Martins agradece a oportunidade deste encontro e passou a informar sobre questões que preocupam a Comunidade tais como: Rede Consular, Salários dos seus funcionários, Apoios ao Associativismo e Comunicação Social, Consulado Virtual, entre outras. O Embaixador Luís Ferraz, no uso da palavra, agradece o contacto e começa por fazer uma síntese do trabalho realizado. Opina que o mais importante é aproximar o Consulado das pessoas e informa que há novos elementos na Rede Consular como por exemplo na área do Reino Unido em Jersey onde colocaram um funcionário para realizar cartões de

cidadão e passaportes. No que refere ao atraso de alguns emolumentos e esclarece que os procedimentos na administração pública são mais prolongados que na empresa privada, no entanto e para melhorar a situação participa que este ano, por primeira vez, puderam substituir funcionários de trabalho em situação de reforma por n novos funcionários e reforçaram ainda com mais alguns nas áreas necessárias. No que refere ao Associativismo notifica que o processo de apoio está a decorrer até dia 31 de dezembro e que o projeto de apoio à Comunicação Social está em “stand by” porque o Ministério da Cultura que tutela esse órgão considera que tem uma palavra a dizer ao respeito. O Cons. Pedro Rupio manifesta que o Consulado Virtual apresenta ainda complicações e pergunta se há melhorias a curto prazo porque até aos momentos o acesso é confuso e problemático. O Embaixador esclarece que o Consulado Virtual foi lançado antes do previsto e estão numa fase que apresenta algumas falhas, daí a reunião com o CEO da empresa. Participa que nesta primeira fase somente estão contemplados atos consulares gratuitos e no que refere à segunda fase, esta é mais complexa pois contempla atos consulares pagos. Observa que a adesão ao Consulado Virtual é pequena e continua a haver preferência pelo atendimento presencial. O Cons. Paulo Martins indica que há reclamações com o registo civil devido ao prolongado do tempo e que o Consulado na Flórida continua com problemas. Também pergunta pelo ponto da situação em relação ao apoio à Comunicação Social. O Embaixador Luís Ferraz expressa que é o promotor do processo de apoio à Comunicação Social e por isso é o mais interessado em que esse apoio seja feito. A proposta já foi feita e vai para a SECP. No que refere ao Consulado na Flórida há um projeto para abrir um escritório Consular em Miami. Quanto aos pedidos de nacionalidade o IRN é que vai gerir esses pedidos. Observa que houve uma diminuição de funcionários Consulares e que estão a tentar recuperar paulatinamente. O Cons. Flávio Martins demanda sobre o acordo salarial dos funcionários consulares no Brasil e considera que falta divulgação da chave móvel digital, daí a necessidade talvez de uma campanha de sensibilização. Também informa de problemas com o recenseamento e que o plano de repatriamento carece de informação pois muitas pessoas não sabem que existem estes apoios. O Embaixador informa que a grelha salarial ainda não está à par, mas que estão a tentar resolver o problema e promete falar com o SECP ao respeito. A Cons. Rita Santos disse não tinha nada a acrescentar sobre a falta de pessoal e da atualização salarial porque iria entregar o abaixo assinado ao Embaixador conforme lhe tinha dito antes da reunião. Quando interrogado sobre o número de mesas de voto nas eleições explica que o problema do número das mesas de voto está relacionado com a falta de funcionários pois

cada mesa tem cinco membros. Notifica que os apoios ASIC e ASEC estão no orçamento da Segurança Social e não na DGACCP. Promete tentar fazer mais divulgação da Chave Móvel Digital. Uma vez concluída esta reunião, teve lugar a reunião com a CNE com o Dr. Vítor De Barros e a Dra. Ilda Rodrigues. O Cons. Flávio Martins agradece a presença nesta reunião pois considera importante manter o diálogo direto com a CNE e a COREPE a respeito das próximas eleições do CCP. O Dr. José Vítor De Barros e a Dra. Ilda Rodrigues registam a relevância deste encontro e pedem aos Conselheiros informarem das preocupações para poderem encaminhá-las ao Plenário. Sendo assim, o Cons. Manuel Coelho, no uso da palavra, informa que o recenseamento pede a morada e como na Namíbia não há correios o voto postal não chega pelo que ademais da morada devem também aceitar caixa postal. O voto chega sempre atrasado e portanto o retorno também atrasa. Informa ademais que Portugal não tem acordo de porte pago com a Namíbia e por isso a alta abstenção. A Cons. Rita Santos pergunta como os eleitores devem fazer para voltarem a estar recenseados nos cadernos eleitorais uma vez que não votaram, porque não receberam o respetivo boletim de voto, e foram retirados. A Dra. Ilda Rodrigues responde que nas legislativas também podem votar presencialmente e que as situações do porte pago não dependem somente do Estado Português. O Cons. Flávio Martins opina que há uma serie de questões que impactam o ato eleitoral do CCP mas também podem impactar outros e portanto deve haver uma campanha de sensibilização nas Comunidades atempadamente e não esperar à data da eleição porque aí já não há nada a fazer. Deve haver desdobramento das mesas de voto para uma maior participação, por isso questiona sobre a desmaterialização dos cadernos eleitorais, se isto será para todas as eleições ou somente para as eleições do Parlamento Europeu. A Dra. Ilda Rodrigues diz que isto não está previsto na lei e portanto este desdobramento será somente para as eleições do Parlamento Europeu. O Cons. Pedro Rupio pergunta que uma vez que se vai a eleições antecipadas, se o quadro será o mesmo de 2022 ao que o Dr. Vítor De Barros respondeu que sim. O Cons. Ângelo Horta pergunta se para estas eleições os cadernos têm que ser impressos e a Dra. Ilda responde afirmativamente. O Cons. Paulo Martins interroga se os candidatos podem ter acesso aos cadernos no posto consular e a Dra. Ilda responde que têm todo o direito porque isto é uma regra e participa que para qualquer inquietude devem escrever ao cne@cne.pt. O mesmo Conselheiro questiona sobre como fazem as pessoas que por algum motivo deixaram de estar recenseados voltarem a recensearem-se e a resposta é que devem escrever ao MAI para esclarecer o porquê da situação pois a CNE não tem esta informação e para finalizar a Dra. Ilda Rodrigues

participa que disponibiliza os serviços da CNE para esclarecer dúvidas. Finalizou online assim o segundo dia de trabalhos. O terceiro e último dia de trabalhos teve início às 9:30 horas da manhã com uma reunião interna do CPCCP. O Cons. Flávio Martins informa que na reunião com o SECP perguntará para quando mais ou menos será o Plenário e se concordam com uma última reunião online em dezembro. O Cons. António Cunha manifesta que este último mandato apesar de longo foi o mais bem organizado. Deu para aprender sobre muitos temas e passar a mensagem que se deve passar. Considera positiva uma última reunião online para deixar uma última reunião online para deixar tudo em ordem para o próximo CCP. A Cons. Lígia Fernandes faz eco das palavras do Cons. António Cunha e concorda com a última reunião online para deixar a casa em ordem. O Cons. Paulo Martins expressa que este foi o seu primeiro mandato e pôde constatar uma grande e positiva evolução. As reuniões no Parlamento e os Grupos Parlamentares foram apesar de tudo frutíferas. Este foi um grupo coeso e concorda com uma última reunião online. O Cons. Ângelo Horta faz eco das palavras dos anteriores Conselheiros e diz que a última reunião online deve acontecer. A Cons. Rita Santos considera que este Conselho Permanente foi um grupo coeso e que a liderança da mesa diretiva fez um trabalho positivo o qual deu mais visibilidade ao CCP. O Cons. Manuel Coelho agradece a todos e parabeniza o trabalho feito. Exprime que foi o CCP mais bem organizado e congratulou o GP do PCP pela organização que demonstraram na reunião com informação e dados atuais das nossas Comunidades. O Cons. Pedro Rupio partilha do balanço positivo deste CPCCP e somente observa um período de estagnação a partir deste SECP e manifesta que o trabalho do CCP depende também muito do interlocutor. O Cons. Amadeu Batel notifica que este Conselho permanece em funções até à tomada de posse e concorda com a última reunião online. No que refere a indagar o SECP sobre o cronograma considera que não se pode desenhar cenários possíveis. Opina que mesmo com Orçamento é difícil realizar um Plenário em Maio porque depois das eleições legislativas há um prazo para a formação do Governo pelo que o CCP estará paralisado e não há outra alternativa que esperar e ver. Indica que há lados positivos e lados negativos. Opina que se deixa uma base sólida para que o CCP possa trabalhar no futuro para continuar a lutar por uma posição autónoma, por isso a necessidade de se operar uma mudança de tutela. Em relação à visibilidade do CCP reflete que este Órgão continua a ser invisível. O programa do PS de 2016 tinha objetivos que podiam reverter o papel das Comunidades e Portugal, mas tudo ficou em papel. Por último indica que os Deputados da Emigração devem ser pessoas com conhecimento sobre as Comunidades para que se possa melhorar o

relacionamento entre Portugal e a Diáspora. Para finalizar expressa que há que dar continuidade às coisas boas e melhorar os aspetos negativos das Comissões Temáticas e das Secções Locais. O Cons. Flávio Martins faz uma avaliação positiva deste mandato. Foram realizadas todas as reuniões presenciais exceto em 2020 devido à pandemia. Os Conselhos Regionais e as Comissões Temáticas fizeram todas as suas reuniões e nos últimos dois anos também o fizeram as Secções Locais. O Conselho Permanente reuniu-se 81 vezes online e isto consta nas atas elaboradas. Este Conselho mantém um site e durante este mandato constituíram-se grupos de trabalho dos quais o mais importante o da Memória do CCP com o qual se recuperou 40 anos de história deste Órgão. Mesmo que houve quem tentasse, este CPOCCP nunca deixou que acontecesse uma divisão entre Europa e Fora da Europa. Reflete que houve aspetos negativos internos como a falta de participação de alguns Conselheiros e em relação a aspetos negativos externos menciona a falta de um diálogo horizontal. Considera que houve uma visão de cima para baixo em relação ao Conselho. Sintetizando o trabalho feito menciona alguns logros como o recenseamento eleitoral, a validade do Cartão de Cidadão para 10 anos, a simplificação na aquisição da nacionalidade, a constante alerta ao Governo durante a pandemia para as Comunidades, a melhoria do Orçamento para o CCP e uma maior visibilidade e por último expressa a sua satisfação ao constatar que este Conselho está mais unido que quando começou. Agradece aos que já não vão continuar pelo seu contributo e reflete que este CCP passou por quatro SECP e três Diretores da DGACCP. Reconhece e agradece à Ana Cristina Ribeiro e à Elvira Barata a sua constante ajuda durante este mandato. Entende que o Plenário do futuro CCP deveria ser de cinco dias para reuniões das Comissões Temáticas. Será marcada uma última reunião online para a aprovação de esta ata e refletir sobre possíveis problemas que indiscutivelmente ocorrerão neste processo eleitoral. Pensa que não se pode sair de Lisboa sem dar uma palavra sobre as próximas eleições legislativas pois este processo deve sem dúvida ser melhorado nas Comunidades e deve-se enviar uma mensagem aos partidos políticos que nos seus programas para o futuro Governo tratem mais especificamente o que pretendem fazer para as Comunidades. Como ponto final aprovou-se elaborar uma moção para alertar sobre possíveis problemas na participação cívica nas futuras eleições legislativas. Continuou-se depois para uma reunião com o SECP, Dr. Paulo Cafôfo, no MNE. O Cons. Flávio Martins agradece uma vez mais esta oportunidade e como se aproxima o término deste mandato indaga sobre um provável cronograma para a toma de posse e o próximo funcionamento do CCP. O SECP responde que ainda não há cronograma e pede sugestões ao mesmo tempo que indica que está

aqui mais para ouvir. A Cons. Maria de Lourdes De Almeida questiona a informação dada anteriormente sobre a revogação das propinas no EPE na Venezuela, sendo que neste país não há Rede de Ensino Oficial, senão apoiada. O ensino é privado. O SECP participa que a Venezuela é o país com o maior número de alunos a aprenderem Português e que revogaram o pagamento das certificações não das propinas porque aqui não aplica. A Cons. Rita Santos informou que entregou um abaixo-assinado com 430 assinaturas dos portugueses residentes em Macau dirigido ao MNE e ao SECP, ao Embaixador Luiz Ferraz, pela demora na obtenção da documentação. O Cons. Ângelo Horta pede a intervenção do SECP devido à demora na obtenção da nacionalidade. A Cons. Lígia Fernandes notifica a falta de funcionários na Cidade do Cabo e por isso o atraso nos atos consulares. O SECP disse que já foram enviadas orientações claras para o melhoramento dos postos Consulares e espera que as vagas sejam preenchidas para um melhor funcionamento. No que refere ao aumento salarial está consciente que as realidades dos países diferem de uns para outros, mas estão a fazer aumentos que não se faziam desde 2013 e os acordos vão até 2026. Informa que na base a media aumentou 70% e os outros sete níveis a media aumentou 27%. O Governo está a tentar resolver o problema das nacionalidades mas isto passa também pelo Ministério da Justiça que também tem falta de funcionários, no entanto espera-se poder resolver este problema. O Cons. Manuel Coelho expressa que gostaria de ver a SECP mais proativa nos processos eleitorais no que respeita a informação, publicidade e motivação. O Cons. Paulo Martins parabeniza que se tenha conseguido o aumento salarial dos funcionários públicos, mas informa que ainda há lacunas a serem resolvidas como por exemplo o salário do Coordenador do Ensino e considera que se as Comunidades se sentirem atendidas, sem dúvida acudirão às urnas. O Cons. Amadeu Batel manifesta a sua solidariedade com o aumento salarial dos funcionários mas opina que este tema ultrapassa as funções do CCP. Quanto ao EPE opina que não existe uma política linguística para as Comunidades e relembra que o Governo disse que a Diáspora tinha prioridade mas nada foi feito. O SECP exprimiu, em relação à participação cívica e política, que a responsabilidade é de todos incluindo Consulados e Embaixadas e que se deve criar uma cultura de participação não somente no momento das eleições. Participa que ainda há pontos negros na Rede Consular, mas que vai continuar a olhar para esta questão porque não é o fato de haver problemas, senão a razão de haver problemas. Quanto aos professores informa que haverá uma reunião entre o Instituto Camões e a FENPRO para valorizar a carreira dos leitores no estrangeiro. Deve-se ter uma valorização salarial para incrementar e

melhorar o nível de vida dos leitores. Finalizada esta reunião procedeu-se então ao encerramento destes três dias de trabalhos. O Cons. Flávio Martins agradece ao MNE e à Assembleia da República e a presença da Dra. Maria João Ruela da Presidência da República. Fez uma síntese dos logros alcançados neste mandato e considera que é momento para falar de avanços: a.- cronogramas das reuniões (CPCCP, Conselhos Regionais, Comissões Temáticas e Secções Locais) foram cumpridos; b.- site com um conjunto de documentos; c.- recenseamento eleitoral; d.- ampliação da validade do C.C. (10 anos); e.- simplificação na aquisição da nacionalidade; f.- melhoria no funcionamento dos Postos Consulares; g.- enfrentamento da pandemia (difícil para todos, especial nas Comunidades); h.- melhoramento na remuneração dos trabalhadores nos postos consulares; i.- do CCP (diálogo com SECP, Ministros, Presidência da República, Grupos Parlamentares); j.- coesão entre os membros do CPCCP; k.- Fica uma base sólida para o futuro CCP; l.- incremento do orçamento para o funcionamento do CCP. Finaliza agradecendo em especial aos Conselheiros que se despedem do CCP e aconselha que a toma de posse se deva realizar logo no início do ano junto dos Postos Consulares e logo tão pronto se possa o Plenário. Vai-se emitir uma nota pública à CNE e à SGMAI para que se divulgue ao máximo nas Comunidades das questões necessárias para poderem votar. O SECP cumprimenta o CPCCP e expressa que foi um prazer a caminhada que têm feito. Considera que este não foi um Governo que se impôs, mas foi um Governo que acatou e partilhou das preocupações do CCP. Agradece a presença da Dra. Maria João Ruela da Presidência da República e indica que as Comunidades Portuguesas realizam a ambição de Portugal no mundo, posicionamento e influência política. Considera que foi enriquecedor o contacto com o CCP e deseja a todos os que continuam na luta o maior sucesso e aos que se despedem uma palavra especial de agradecimento pelo

seu trabalho em prol das Comunidades. Nada mais havendo a deliberar e não querendo mais ninguém fazer qualquer intervenção, mandou-se lavrar esta Ata, cópia fiel dos trabalhos realizados e que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e pela Secretária, de acordo com o Regulamento do CCP.

José Augusto Pereira

M. A. Almeida